



28 DE NOVEMBRO DE 2016

Segunda-feira

- EMPRESAS TÊM DE REFAZER ACORDOS DE RECUPERAÇÃO
- 'IMPREVISIBILIDADE ECONÔMICA' É BASE PARA RENEGOCIAÇÕES
- EM CRISE, ESTADOS E MUNICÍPIOS DEVEM MAIS DE R\$ 120 BILHÕES A BANCOS PÚBLICOS
- SINDICATO QUER AMPLIAR GREVE DE PILOTOS NA LUFTHANSA NESTA SEMANA
- FECOMERCIOSP: INTENÇÃO DE FINANCIAMENTO DOS PAULISTANOS SOBE 16,8% EM NOVEMBRO
- TEMER SINALIZA ABERTURA A INVESTIMENTO ESTRANGEIRO, DIZ VICE-MINISTRO DA ITÁLIA
- CONTA DE LUZ VOLTA A TER BANDEIRA TARIFÁRIA VERDE EM DEZEMBRO
- GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR CRESCE 600% NO PARANÁ EM UM ANO
- TEMER DIZ A FHC QUE ENVIARÁ REFORMA DA PREVIDÊNCIA ATÉ INÍCIO DE DEZEMBRO
- APOSENTADORIA PRECOCE BENEFICIA OS MAIS RICOS E DIMINUI CRESCIMENTO, DIZ ESTUDO
- ESTATAIS MELHORAM GESTÃO E RECUPERAM VALOR PERDIDO DE MERCADO
- FABRICANTE DE BUGGIES D2D RETOMA SONHO DE MONTADORA NACIONAL
- FIAT TENTA CORRIGIR ROTA DO MOBI PARA ACELERAR VENDAS
- BMW VAI INSTALAR POSTOS DE RECARGA PARA CARROS ELÉTRICOS NA VIA DUTRA
- COMO UMA INDÚSTRIA BRASILEIRA SE PREPAROU E AGORA GANHA ESPAÇO NO MERCADO EXTERNO
- OCDE VÊ IMPULSO DOS EUA À ECONOMIA GLOBAL E PROJETA ESTAGNAÇÃO DO BRASIL EM 2017
- COM MULTA NA UE, LUCRO DA PACCAR CAIU 81%
- SALDO DAS CARTEIRAS DE VEÍCULOS SEGUE EM QUEDA
- NOVOS INVERSORES DA ROCKWELL AUTOMATION AJUDAM A AUMENTAR A PRODUTIVIDADE

- CAMEX REDUZ PARA 2% TARIFA DE IMPORTAÇÃO DE BENS DE INFORMÁTICA E DE CAPITAL
- CAMEX APLICA ANTIDUMPING EM BARRAS DE AÇO E FIOS DE CARBONO IMPORTADOS DA CHINA
- JURISTA PORTUGUÊS EXPLICA EXPERIÊNCIA EUROPEIA DE FLEXIBILIZAÇÃO PARA COMBATE AO DESEMPREGO
- MINISTRO MARCO AURÉLIO AFIRMA QUE ACORDOS NÃO PODEM AFASTAR GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DOS TRABALHADORES
- VOTORANTIM TEM LUCRO DE R\$149 MI NO 3º TRIMESTRE
- RIO TINTO VÊ POSSÍVEL AUMENTO EM DEMANDA E MENOS BUROCRACIA COM GOVERNO TRUMP
- PESSIMISMO AUMENTA ENTRE OS CONSUMIDORES BRASILEIROS EM NOVEMBRO, APONTA A CNI
- PIB NÃO DEVERIA SER A REFERÊNCIA DE RIQUEZA PARA O BRASIL, CRITICA GIANNETTI
- ARCELORMITTAL E METALÚRGICOS ENCERRAM DISPUTA JURÍDICA COM ACORDO DE R\$ 32 MILHÕES

CÂMBIO		
EM 28/11/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,999	3,999
Euro	3,597	3,599

Fonte: BACEN

Empresas têm de refazer acordos de recuperação

28/11/2016 – Isto É Dinheiro

Quase dois anos depois de ter o plano de recuperação judicial aprovado pelos credores, a fabricante de rodas de liga leve Mangels teve de rever o acordo para continuar de pé. Há pouco mais de duas semanas, a empresa conseguiu aprovar em assembleia as novas condições do plano de recuperação, que preveem a extensão dos prazos de pagamento da dívida, de cerca de R\$ 500 milhões.

A companhia alegou que a forte e rápida deterioração da economia brasileira afetou as premissas do plano original e, com isso, os pagamentos de 2017 poderiam ser comprometidos.

O caminho seguido pela Mangels também tem sido a alternativa de outras centenas de empresas com dificuldades para cumprir os planos de recuperação. Um

levantamento feito pelo Instituto Nacional de Recuperação Empresarial (INRE) mostra que o número de companhias que estão revendo os acordos com os credores, num universo de cerca de 6 mil empresas, cresceu 31,5% nos últimos dois anos.

O setor que mais tem recorrido a uma nova rodada de negociação das recuperações judiciais é o comércio. Dos 31,5% de crescimento, 13,5 pontos percentuais são de empresas do segmento.

Em seguida, aparece o agronegócio, com 8 pontos percentuais; indústria, com 5 pontos percentuais; e serviços, 3 pontos percentuais. "Na maioria dos casos, o plano de recuperação foi feito com base numa conjuntura econômica que previa venda de unidades e imóveis. Com a crise, isso não foi possível", diz Carlos Henrique Abrão, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e conselheiro fundador do INRE.

No caso da Mangels, por exemplo, o pedido de recuperação judicial foi feito em 2013 e o acordo fechado em 2014. Quando o plano foi desenhado, o dólar estava perto de R\$ 2,20 e a economia ainda crescia. Em 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) avançou 2,3% e, no ano seguinte, 0,1%.

Daí para frente, o tombo da atividade econômica foi brusco e o número de empresas que sucumbiram ao aperto do crédito e à queda de receitas foi grande. Só neste ano, o volume de companhias que entraram em recuperação judicial aumentou 132%, segundo o INRE.

Revisão

Mas esse movimento teve início no segundo semestre de 2014. Agora, no entanto, começa um novo ciclo, que é o fim da carência para iniciar vários pagamentos. "Notamos que desde o começo do segundo semestre a procura de empresas em recuperação judicial por revisão dos planos tem aumentado", afirma o sócio da consultoria TCP Latam, Fábio Flores.

Na avaliação dele, é fácil entender esse novo movimento: as vendas estão mais devagar e o passivo continua grande. "Nesse ambiente, negociações mais simples não funcionam mais."

Muitas empresas apostavam na venda de ativos para conseguir honrar parte dos compromissos. Mas a onda de incerteza pela qual o Brasil passou - e ainda passa - atrapalhou os negócios. A Mangels, por exemplo, só conseguiu agora uma sinalização de que conseguirá vender um imóvel em São Bernardo do Campo. Segundo o diretor financeiro da empresa, Fábio Mazzini, o dinheiro será usado integralmente para quitar parte da dívida com credores estrangeiros.

A expectativa é que essa onda de repactuação perdure por mais um tempo até que as condições econômicas se fortaleçam. O presidente da consultoria Alvarez & Marsal, Marcelo Gomes, afirma que há vários processos de revisão de planos feitos a partir de 2010, cujos prazos de carência terminam agora. "As vendas não voltaram ao normal, a rentabilidade não melhorou e o crédito secou, além de ter ficado mais caro. O problema é que são empresas que dependem de capital de giro para operar."

Imprevisibilidade econômica' é base para renegociações

28/11/2016 – Tribuna PR

As empresas que entraram em recuperação judicial no ano passado também já demonstram dificuldade para honrar os compromissos firmados no plano de recuperação. A Alumini, empresa envolvida na Operação Lava Jato, tenta fechar um acordo com um investidor para aportar recursos na empresa e pagar os compromissos

trabalhistas. Até a semana passada, essa negociação ainda não tinha sido fechada. Sem esses recursos, a companhia pode entrar em falência.

A maioria das revisões dos planos de recuperação está sendo feita com base no critério de imprevisibilidade das condições econômicas. Com essa justificativa, as empresas chamam uma assembleia de credores antes dos vencimentos e tentam renegociar as condições do plano original. Se eles não aprovam, a empresa pode ir à falência. "Mas, para os credores, tem sido melhor aceitar a renegociação, já que numa quebra da empresa o prejuízo pode ser maior", afirma Gislene Barbosa, advogada do L.O. Baptista-SVMFA.

O sócio do escritório Pinheiro Neto, Giuliano Colombo, especialista no assunto, destaca, porém, que recuperação judicial não é para todas as empresas. Há situações, diz ele, em que o projeto é inviável. Mas as empresas insistem e apenas prorrogam o problema. "Os planos anteriores se mostraram mais otimistas que a realidade. Várias empresas não conseguiram entregar o que propuseram."

Domingos Refinetti, da Stocche Forbes, vai além. Para ele, as revisões dos planos de recuperação são resultado de uma questão cultural no País. "As empresas passam do tempo de pedir recuperação judicial. Quando entram, já estão no caso de falência." Na opinião dele, é por isso que muitas empresas têm pedido revisão dos acordos. "Mas, em alguns casos, não tem plano de negócios que dê jeito."

Rombo

A dívida das empresas que entraram em recuperação judicial soma algo em torno de R\$ 250 bilhões. Desse valor, apenas 25% será paga efetivamente, segundo levantamento do Instituto Nacional de Recuperação Empresarial (INRE). "Uma parte do montante é reduzida durante o acordo com credores, outra é convertida em ações para os investidores e uma outra parte se perde com a falência da empresa", diz o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Carlos Henrique Abrão, conselheiro fundador do INRE.

Para o próximo ano, a expectativa é que o número de recuperações continue crescendo. "Mas acreditamos que a taxa de sucesso também vai aumentar. Teremos mais investidores querendo comprar ativos (o que dará alívio no caixa das companhias)", afirma o sócio do escritório Felsberg Advogados, Thomas Felsberg.

Ele defende que o próprio plano de recuperação inclua a possibilidade de uma renegociação do acordo. "Afinal, a recuperação é feita para recuperar uma empresa. É feita para fazer a dívida caber no caixa das empresas."

Na opinião do sócio da área de reestruturação e recuperação de empresas do Souza, Cescon, Barriou & Flesch Advogados, Fábio Rosas, o sucesso das recuperações que estão em andamento agora vai depender da retomada do crescimento. As empresas que pediram recuperação no ano passado, por exemplo, ainda estão aprovando os acordos ou iniciando o cumprimento das regras estabelecidas

Em crise, Estados e municípios devem mais de R\$ 120 bilhões a bancos públicos

28/11/2016 – Tribuna PR

Mergulhados em uma crise financeira sem precedentes, Estados e municípios devem R\$ 120,6 bilhões aos bancos públicos, segundo levantamento do jornal **O Estado de S. Paulo**. O passivo é resultado de uma política que, nos últimos anos, irrigou esses governos com recursos federais.

Até setembro, a exposição no Banco do Brasil chegou a R\$ 38 bilhões, enquanto na Caixa a dívida era de R\$ 33 bilhões. No BNDES, o valor atingiu R\$ 49,6 bilhões da carteira em junho – o banco ainda não divulgou dados do terceiro trimestre.

Os maiores beneficiários foram os Estados, incluindo aqueles que já estavam em péssimas condições financeiras e apresentavam maior risco de calote. A injeção de recursos foi possível porque a União avalizou a maioria das operações, ou seja, deu garantia de que pagaria a dívida em caso de inadimplência.

Normalmente, os bancos ficam mais restritivos quando clientes vivem situações financeiras desfavoráveis. Não foi o que ocorreu com os Estados – especialmente nos últimos meses. Enquanto a arrecadação caía, a carteira de crédito da Caixa para o setor público saltou 22,1% em 12 meses até setembro. O BNDES também foi mais generoso, e as operações subiram 11,8%. No caso do BB, a queda foi de 1,7% em um ano.

O jornal apurou que, do total emprestado pela Caixa, 42,5% têm o aval da União. No BB, essa parcela é de 97%. O BNDES não informou o percentual exato, mas disse que a maior parte dos créditos tem garantia do Tesouro Nacional.

Frágeis

Diante da fragilidade financeira dos Estados, algumas instituições têm registrado atrasos em pagamentos, que acabam bancados pelo Tesouro. O Rio de Janeiro já precisou que a União honrasse R\$ 1,16 bilhão em seu lugar. Para não ficar no prejuízo, a União bloqueia dinheiro de contas indicadas pelo próprio Estado, geralmente aquelas que recebem o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a arrecadação do ICMS.

O relatório do Tesouro não detalha quais instituições financeiras foram pagas com recurso federal, mas dados da Secretaria de Fazenda do Rio mostram ausência de pagamentos em linhas do BNDES, BB e da Caixa em diversos meses, a partir de maio.

Procurado, o órgão admitiu que está inadimplente com os três bancos públicos, sem detalhar valores, e disse que não tem previsão da normalização dos pagamentos.

A Secretaria de Fazenda do Rio afirmou que também está atrasando pagamentos de dívidas sem garantia da União. O Tesouro informou que a cobrança dessas operações é de inteira responsabilidade dos bancos.

De 2006 a 2012, o Rio obteve aval para empréstimos sem garantias da União com BNDES (R\$ 1,5 bilhão), Caixa (R\$ 1,16 bilhão) e BB (R\$ 152,8 milhões), segundo o sistema de acompanhamento de operações do Tesouro. Quando isso ocorre, o Estado pode negociar diretamente garantias, como sua cota no Fundo de Participação ou outros fluxos de receitas.

O BNDES, por exemplo, tem R\$ 14,4 bilhões de sua carteira com Estados e municípios (29%) garantida por esses recursos. Na Caixa, o percentual é de 57%. O BB tem o menor índice: 3%. Procuradas, as instituições disseram que as operações são protegidas pelo sigilo bancário e não informaram se essas linhas estão com parcelas atrasadas.

Em meio às dificuldades, o BNDES detectou aumento na inadimplência até 60 dias de governos estaduais e municipais, de R\$ 692 milhões, em março, para R\$ 814,6 milhões, em junho. Em nota, contudo, disse que “a situação dos Estados não teve impacto relevante no aumento da inadimplência no último trimestre”.

Na última quinta-feira, o Tesouro anunciou que vai retomar as concessões de garantias para que Estados possam contratar novos financiamentos. As análises estavam suspensas desde maio. Com isso, o governo pretende dar fôlego aos governos estaduais que ainda têm espaço para se endividar.

Sindicato quer ampliar greve de pilotos na Lufthansa nesta semana

28/11/2016 – Tribuna PR

O principal sindicato de pilotos da companhia aérea alemã Lufthansa convocou pilotos que operam voos de curta distância a não se apresentarem para trabalhar na terça-feira. A união apelou também aos pilotos que voam os serviços mais lucrativos a aderirem à greve na quarta.

A Lufthansa, na semana passada, teve que cancelar milhares de voos depois de quatro dias de greve dos pilotos, em uma disputa sobre termos de emprego. A estimativa é que o movimento já tenha custado US\$ 20 milhões à companhia aérea.

A Lufthansa sofreu uma série de greves de pilotos e tripulantes nos últimos anos, uma vez que procura reduzir custos para competir de forma mais eficaz contra rivais de menor custo. O negócio de transporte de curta distância da companhia está sob pressão de empresas como a Ryanair, e as operadoras do Oriente Médio estão tomando fatias em percursos mais longos, oferecendo tarifas mais baixas.

Jörg Handweg, um representante dos trabalhadores, disse que a nova fase da greve é convocada após falha em atingir um acordo com a transportadora para superar as diferenças sobre aumentos salariais e outras questões.

A Lufthansa disse estar desapontada com o fato de o sindicato não estar disposto a continuar as negociações e, em vez disso, aumentar o conflito. Os três dias de greves na semana passada afetaram mais de 345 mil passageiros e levaram a 2.755 cancelamentos de voos, segundo a companhia.

A Lufthansa disse que suas operadoras parceiras Eurowings, Germanwings, Swiss International Air Lines, Austrian Airlines, Air Dolomiti e Brussels Airlines não serão afetadas.

FecomercioSP: intenção de financiamento dos paulistanos sobe 16,8% em novembro

28/11/2016 – Tribuna PR

O índice da FecomercioSP que mede a intenção dos paulistanos de assumir novas dívidas registrou crescimento de 16,8% neste mês, na comparação com outubro.

Segundo a entidade, que representa o comércio e o setor de serviços de São Paulo, é normal a propensão dos consumidores a contrair crédito subir com a proximidade do Natal. Da mesma forma, muita gente, em decorrência da crise, deve aproveitar recursos do décimo terceiro salário para fazer poupança ou quitar dívidas, o que pode aliviar o risco de crédito nos próximos meses.

Em novembro, o índice da Fecomercio que mede a segurança das operações de crédito – considerando, por exemplo, a proporção de famílias endividadas – voltou a subir, com alta de 7,1% na comparação com outubro, quando o indicador caiu à menor pontuação da série histórica.

Na avaliação da entidade, a situação, apesar de ainda ruim, está caminhando para um quadro de normalidade, sem permitir, contudo, que se apague a luz amarela do risco de inadimplência. Na pesquisa, a Fecomercio ouviu 2,2 mil pessoas da cidade de São Paulo.

Segundo o levantamento, a proporção de famílias que pretendem tomar novos financiamentos voltou a crescer neste mês, atingindo quase 9% – ainda abaixo, contudo, do padrão histórico.

O crédito ainda não está atraente, apresentando riscos aos bancos, ao mesmo tempo em que os consumidores mantêm a posição cautelosa devido ao fantasma do desemprego. A entidade aguarda ligeira elevação do endividamento devido à entrada do décimo terceiro salário e à percepção mais otimista em relação ao desempenho da economia em 2017. Mesmo assim, a parcela de endividados tende, na avaliação da Fecomercio, a se manter em nível baixo nos próximos meses.

Temer sinaliza abertura a investimento estrangeiro, diz vice-ministro da Itália

28/11/2016 – Tribuna PR

De passagem pelo Brasil para liderar uma missão de empresários italianos, o vice-ministro de Desenvolvimento Econômico da Itália, Ivan Scalfarotto, afirmou nesta sexta-feira, 25, que o governo do presidente Michel Temer tem dado sinais importantes de abertura do País para investimentos estrangeiros e que muitos dos projetos de concessão anunciados são “ideais” para empresas italianas.

Os sinais positivos de Temer, explicou o vice-ministro italiano, também estão relacionados a questões de procedimento, como transparência em licitações, maior segurança quanto a prazos e tarifas que possibilitam retorno aos investimentos.

“Muitos dos 34 projetos de concessão (do Projeto Crescer, anunciado em setembro) são ideais para nossas empresas, que são empresas que nunca trabalham em uma ótica de curto prazo, trabalham para criar parcerias locais”, disse Scalfarotto, antes de participar de fórum em São Paulo.

O vice-ministro ressaltou também que, apesar de o Brasil estar em uma recessão há dois anos, as previsões para o ano que vem são de crescimento e que este é o momento para reafirmar o valor estratégico da parceria entre os dois países. “Ainda mais quando as coisas não indo 100% bem”, afirmou.

Scalfarotto, que se reuniu em Brasília com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que o encontro foi excelente, com uma conversa cordial e franca. “O mais importante é que há uma especial abertura e disponibilidade para compartilhamento de projetos comuns, abertura que conhecemos no papel e os especialistas em Brasília veem como algo a ser colocado em prática”, afirmou.

Em relação às negociações de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul, o vice-ministro lembrou que as conversas foram retomadas em 2016 após terem ficado suspensas por 12 anos e reforçou que a Itália é favorável ao acordo.

“Esperamos que isso possa melhorar o intercâmbio comercial entre Itália e Brasil, que em muitos casos é freado por causa de alíquotas muito altas e outras barreiras não tarifárias”, declarou.

Sobre a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, o vice-ministro garantiu que o discurso de campanha do republicano não é compartilhado pelo governo italiano “de forma radical”, em especial no que se refere à postura protecionista. “Mas temos de esperar para saber se na prática ele fará com rigor as coisas que ele afirmou ou se dará mais leveza a suas posições”, afirmou.

Scalfarotto, no entanto, não foi capaz de dizer se um possível afastamento dos EUA da União Europeia poderia acelerar as conversas entre o bloco e o Mercosul. “Esperamos que nosso acordo se conclua independentemente da influência de uma terceira parte, mesmo que essa parte seja uma parte tão importante quanto os EUA”, afirmou.

Conta de luz volta a ter bandeira tarifária verde em dezembro

28/11/2016 – Tribuna PR



As contas de luz deixarão de ter cobrança adicional em dezembro. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu nesta sexta-feira, 25, que as faturas de energia voltam a ter a bandeira verde no próximo mês. Com essa decisão, o consumidor deixará de pagar R\$ 1,50 a mais para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos, valor que foi cobrado em novembro em razão da bandeira amarela.

A melhora nas condições hidrológicas permitiu o desligamento das termelétricas mais caras, que foram acionadas no mês passado. De acordo com a Aneel, o custo da térmica mais cara para abastecer o País no próximo mês será de R\$ 169,54 por megawatt-hora (MWh). Quando o custo de geração supera R\$ 211,28 por MWh, é preciso acionar a bandeira amarela.

Entre abril e outubro deste ano, vigorou a bandeira verde, que não traz custo adicional nas contas de luz. Em novembro, a piora nas condições hidrológicas, principalmente em razão da seca no Nordeste, levou ao acionamento da bandeira amarela, que acrescenta R\$ 1,50 a mais nas contas para cada 100 kWh consumidos.

Em março deste ano, também vigorou a bandeira amarela. Antes disso, durante todo o ano passado e em janeiro e fevereiro, vigorou a "bandeira vermelha", que adiciona entre R\$ 3,00 e R\$ 4,50 a cada 100 kWh consumidos, dependendo da quantidade de termelétricas necessárias para suprir o País. O sistema de bandeiras é atualizado mensalmente pela Aneel.

Geração de energia solar cresce 600% no Paraná em um ano

28/11/2016 – Bem Paraná



Embora ainda incipiente, a geração de energia solar começa a surpreender no Paraná. Entre novembro de 2015 e novembro deste ano o número de ligações de geradores solares à rede da Companhia Paranaense de Energia (Copel) registrou uma verdadeira explosão, crescendo 600% no período e saltando de 100 para exatos 700 pontos. Em outubro, a geração solar excedente (não consumida nas unidades e injetada na rede da Copel) alcançou 225 megawatts-hora (Mwh), o suficiente para suprir de energia 1.300 residências.

De acordo com André Zeni, gerente de atendimento de acessantes de geração distribuída da Copel Distribuição, dois fatores explicam a alta na geração de energia solar no país — o encarecimento do preço da energia, que ao longo dos últimos anos

sofreu seguidos reajustes, e o barateamento da tecnologia e do custo de instalação de sistemas fotovoltaicos.

“Temos algumas suspeitas (sobre o que levou ao crescimento de 600%). A principal é o preço da energia que subiu, incentivando a população a empreender e buscar soluções alternativas, já que esse investimento, que era de longo-prazo, passou a ser de médio-prazo”, afirma Zeni. “Outro fator é a tecnologia. Hoje temos mais fabricantes e, com essa disseminação da tecnologia, temos um aumento nesse tipo de instalação nas residências do Paraná”, complementa.

Gerson Tiepolo, professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e especialista em energia solar, aponta ainda um terceiro motivo para a expansão dos geradores de energia fotovoltaicos: a ótima capacidade do Paraná para produzir energia solar. Para se ter noção, o potencial médio do Estado é 58,7% superior à da Alemanha, segunda maior produtora de energia solar do mundo, atrás apenas do Japão.

“Começa-se a ter o entendimento de que o Paraná tem um potencial elevado, e inúmeras pesquisas realizadas pela UTFPR mostram isso. Até então havia um desconhecimento sobre o potencial de energia no estado, um potencial em torno de 59% superior ao potencial da Alemanha e superior a praticamente todos os países da comunidade europeia”, argumenta o especialista.

Apesar dos avanços, contudo, ainda há muito o que se melhorar. Prova disso é que o Paraná é um dos únicos estados que ainda cobra ICMS no modelo de compensação de energia. Dos 26 estados mais o Distrito Federal, apenas seis ainda não fizeram a isenção do imposto, que possui uma taxa elevada no estado, de 29%.

“Esses 29% sobre a energia que estou compensando acaba prejudicando meu prazo de retorno, que acaba sendo maior do que poderia ser”, explica Tiepolo. “Já existem várias conversas e até projeto de lei para obrigar essa isenção. Com ela, acredito que tenhamos um impulso ainda maior na disseminação dessa fonte no Paraná”, finaliza o especialista.

Temer diz a FHC que enviará reforma da Previdência até início de dezembro

28/11/2016 – Bem Paraná

O presidente Michel Temer disse nesta sexta-feira (26) ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que enviará ao Congresso a reforma previdenciária logo após a votação em primeiro turno da proposta do teto de gastos públicos no Senado.

O primeiro turno está marcado para a próxima terça-feira (29) e a expectativa do governo federal é conseguir um placar favorável de 65 votos em relação a um total de 81. Para aprovar a proposta, o mínimo necessário é de 49 votos. Em almoço com a cúpula nacional do PSDB, no Palácio da Alvorada, o peemedebista pediu o apoio do partido à aprovação da proposta e defendeu que ela é essencial para o equilíbrio das contas públicas.

Na saída do encontro, o presidente nacional do PSDB, Aécio Neves, também defendeu que o governo federal envie a iniciativa após a votação do primeiro turno. “Não há necessidade de esperar essa votação [o segundo turno].

Essa é a ideia dele e nós estimulamos que seja enviado após o primeiro turno”, disse. No início desta semana, o presidente havia se comprometido a enviar a proposta em dezembro. O segundo turno da proposta do teto de gastos públicos está marcado para 13 de dezembro.

Aposentadoria precoce beneficia os mais ricos e diminui crescimento, diz estudo

28/11/2016 – Gazeta do Povo



A possibilidade de se aposentar precocemente, por tempo de contribuição, acaba diminuindo o potencial de crescimento da economia, porque retira da força de trabalho pessoas em plena capacidade produtiva.

A perda anual com a saída precoce do mercado de trabalho dos cerca de 900 mil brasileiros que se aposentaram, em média aos 58 anos, em 2014, gira em torno de R\$ 24 bilhões ou 0,4% do PIB (Produto Interno Bruto, conjunto de bens e serviços produzidos pelo país). É o que mostra estudo inédito dos economistas Bruno Ottoni e Fernando de Holanda Barbosa Filho, do IBRE/FGV.

Esse montante diz respeito à renda do trabalho que esse grupo deixou de gerar ao trocar o emprego pela aposentadoria. Os autores do levantamento consideram precoces todos os aposentados com menos de 65 anos, idade mínima que deve ser estipulada para a aposentadoria na reforma da Previdência proposta pelo governo de Michel Temer.

Para analistas, a nova regra ajudaria a eliminar estas perdas. Por outro lado, trabalhadores na casa dos 50 anos argumentam que a dinâmica do mercado de trabalho, que privilegia a contratação de pessoas mais jovens, acaba tornando a aposentadoria a única possibilidade de renda a partir de certa idade.

“A aposentadoria precoce é um mal sob qualquer ótica: retira gente produtiva do mercado, aumenta o dispêndio público e incentiva pessoas em plena capacidade de trabalho a não participar do mercado”, resume o economista Paulo Tafner, que foi coordenador do Grupo de Estudos da Previdência do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Barbosa Filho lembra que o componente demográfico agrava esse quadro, pois a tendência é que a população brasileira passe a ter menos jovens e mais idosos em três décadas. “As aposentadorias precoces são um problema grave, pois a produtividade tem de aumentar se quisermos ver a economia crescer. A reforma da Previdência é totalmente inevitável.”

De acordo com os autores, quando o grupo que se aposentou precocemente em 2014 completar 65 anos, que seria a idade mínima para se aposentar, eles terão deixado de gerar R\$ 170 bilhões em riquezas para a economia brasileira. Todos os cálculos foram feitos com base nos dados sobre renda e mercado de trabalho da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad), de 2014, que eram os mais recentes quando o estudo foi elaborado.

“Entre esses 900 mil que se aposentaram antes de 65 anos em 2014, tem o trabalhador que saiu do mercado, que é o pior caso, pois deixou totalmente de produzir renda, e tem aquele que até continua trabalhando, mas com um salário menor, só para não ficar em casa, pois já tem renda garantida”, explica Ottoni.

Regras

Pelas regras atuais, independentemente da idade, homens podem se aposentar com 35 anos de contribuição e mulheres, com 30 anos. Assim, um homem que trabalha com carteira assinada desde os 18 anos pode requerer o benefício aos 53.

Para se aposentar por idade, homens precisam ter ao menos 65 anos e mulheres 60, além de terem contribuído no mínimo por 15 anos. Das 19 milhões de aposentadorias, 10 milhões são por idade, 3,3 milhões por invalidez e 5,7 milhões por tempo de contribuição. Ou seja, 53% são por idade, 17% são por invalidez e 30% são tempo de contribuição.

Os economistas afirmam, ainda, que as regras atuais punem os mais pobres. “As aposentadorias precoces estão concentradas nos grupos de classes média e alta. Os trabalhadores de baixa renda são menos favorecidos, ficam mais tempo desempregados ou no mercado informal, sem contribuir. Então, acabam tendo de trabalhar por mais anos para se aposentar, observa Tafner.

Estudo do Ministério do Trabalho aponta que a média de idade da aposentadoria no Brasil é uma das menores do mundo. É de 59,2 anos para os homens brasileiros, enquanto que para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - grupo de nações desenvolvidas - é de 64,2 anos. Os países com maior média de idade de aposentadoria para homens são México (72,3 anos), Coreia do Sul (71,1 anos) e Chile (69,4 anos).

O estudo mostra ainda que, além do Brasil, só três países adotam a aposentadoria por tempo de contribuição, sem qualquer requisito de idade. São Irã, com aposentadoria após 35 anos de contribuição; Iraque, com 30 anos de contribuição; e Equador, com menos 40 anos de contribuição.

“Mesmo nos países desenvolvidos, que tendem a conferir direitos maiores aos seus cidadãos, a idade mínima é elevada. É claro que têm uma expectativa de vida maior, mas quando comparamos aos da OCDE, não é muito diferente do Brasil. O problema do Brasil é que temos muitos casos de morte por violência. Mas a pessoa que passa dos 30 anos tem uma sobrevivência muito parecida a dos habitantes dos países da OCDE”, aponta Ottoni.

Estatais melhoram gestão e recuperam valor perdido de mercado

28/11/2016 – Gazeta do Povo

Petrobras, Banco do Brasil e Eletrobras tomaram medidas que foram avaliadas positivamente pelos investidores e se traduziram na alta das ações das empresas



Três estatais ganharam valor de mercado nos últimos meses após um período marcado por quedas e perdas no governo de Dilma Rousseff (PT). Petrobras, Banco do Brasil e Eletrobras conquistaram pontos com o mercado após tomarem uma série de medidas para fazer caber despesas e investimentos nos seus orçamentos. Na prática, a avaliação positiva da atuação das novas gestões se traduziu na forte recuperação no valor dos papéis das empresas.

A Petrobras foi a primeira a sinalizar que tomaria atitudes duras para reverter a situação ruim de caixa já no primeiro trimestre do ano, ainda durante a administração de Aldemir Bendine. Mas foi somente em junho, já sob a gestão de Pedro Parente, que a estatal acelerou a venda de ativos não estratégicos, divulgou uma nova política de preços para combustíveis e anunciou um plano de negócios focado na desalavancagem.

“Durante este ano as ações subiram muito na expectativa que as atitudes tomadas trouxessem bons frutos. E elas começaram a dar esses frutos”, destaca Luiz Francisco Caetano, analista da Planner. O valor de mercado da companhia passou de R\$ 123,3 bilhões, quando Parente assumiu a presidência em 1º de junho, para R\$ 237,8 bilhões no início deste mês. Um aumento de 92,8%. Já as ações ordinárias da empresa saltaram cerca de 70% no período, de R\$ 10,41 para R\$ 17,56.

Até agora, a Petrobras somou cerca de US\$ 11 bilhões em desinvestimentos, incluindo a venda da Liquegás para a Ultragas, subsidiária da Ultrapar, por R\$ 2,8 bilhões. A meta da estatal para a venda de ativos é de US\$ 15,1 bilhões no biênio 2015-2016. Ou seja, a empresa ainda precisa garantir a comercialização de US\$ 4,1 bilhões em ativos até o fim do ano.

O Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) da empresa conseguiu a adesão de 11.704 empregados. A previsão é que as demissões tenham um custo de R\$ 4,4 bilhões, mas gerem uma economia de R\$ 33 bilhões até 2020.

Banco do Brasil

Outra estatal que está correndo atrás de mais eficiência é o Banco do Brasil (BB), que anunciou uma reestruturação no fim de semana passado. O programa inclui o fechamento de agências e a criação de um plano de aposentadoria antecipada. Ao todo, 379 agências serão transformadas em postos de atendimento e outras 402 serão encerradas.

A abertura do Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (PEAI) deve reduzir 9 mil vagas. Hoje 18 mil funcionários estariam aptos a aderir voluntariamente ao programa, que dá como incentivo 12 salários mais uma indenização por tempo de serviço. “Os planos de demissão e aposentadoria voluntária são a forma mais rápida de mostrar resultado. O custo-benefício vem logo”, afirma o analista Victor Martins, da Planner.

A reestruturação anunciada pela gestão de Paulo Rogério Caffarelli animou o mercado e as ações do BB valorizaram 9,2% somente no acumulado de segunda e terça-feira seguintes ao anúncio, feito no domingo (20). No mesmo período, os papéis dos seus principais concorrentes subiram bem menos. O Itaú registrou alta de 1,1% e o Bradesco de 1,3%.

“Foi mais um resultado da efetivação do que o banco vinha prometendo”, avalia Martins. Até terça-feira da semana passada (22), as ações do BB registravam uma alta de 102% desde o início do ano.

CORRENDO ATRÁS DO PREJUÍZO

A Caixa Econômica Federal deve seguir o exemplo do Banco do Brasil e planeja medidas de aumento de eficiência para 2017. O banco público pretende fazer um novo programa de aposentadoria incentivada que pode atingir cerca de 11 mil funcionários.

No entanto, a medida não pode ser tomada agora porque a Caixa precisa de R\$ 1,2 bilhão para pagar incentivos e direitos. A instituição ainda estuda a possibilidade de fechar 100 agências que não dão lucro.

Eletróbrás planeja venda de ativos e corte de 30% dos funcionários

A Eletróbrás recebeu uma ajuda do governo para acelerar a venda dos ativos da empresa para a iniciativa privada com a sanção da Lei 13.360, resultado da conversão da Medida Provisória 735, no último dia 18. O texto facilita a privatização das distribuidoras da estatal, que precisa reduzir seu endividamento e aumentar a eficiência operacional.

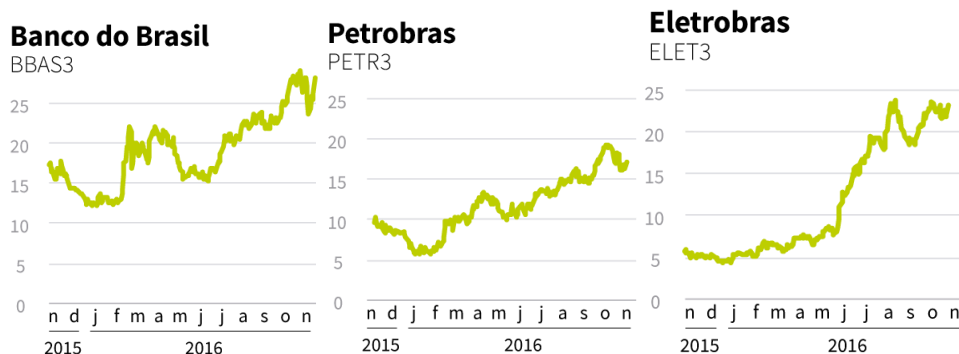
A meta é arrecadar R\$ 5,5 bilhões com a venda de ativos até o fim do ano que vem. A expectativa é que R\$ 913 milhões venham da venda da distribuidora goiana de energia Celg-D. Outros R\$ 4,6 bilhões, da venda de imóveis e participações em usinas e linhas de energia. "Falamos da venda desses ativos desde 2005. Agora parece que vai acontecer. O mercado está dando o benefício da dúvida para a Eletróbras, que agora tem menos interferência governamental", avalia Celso Plácido, estrategista-chefe da XP Investimentos.

Ao mesmo tempo, a companhia tenta viabilizar planos voluntários de aposentadoria e demissão, para cortar cerca de 30% do quadro até 2018. Os dois programas têm potencial para atingir cerca de 5 mil funcionários e gerar uma economia de R\$ 1,5 bilhão ao ano.

A Eletróbrás também prepara uma reestruturação organizacional, que pode gerar uma economia de R\$ 67,8 milhões anuais. Uma das ações tem foco em reduzir em até 57% os cargos gerenciais, passando de 228 gestores para 98.

Ações em alta

Nos últimos 12 meses, as estatais ganharam valor de mercado após uma série de medidas para garantir mais eficiência



Fabricante de buggies D2D retoma sonho de montadora nacional

28/11/2016 – Folha de S. Paulo

Embora o histórico de fabricantes brasileiras de automóveis não encoraje novas tentativas, a D2D acredita que venderá 50 unidades mensais do seu buggy Sky, que chega às lojas no início de 2017 por a partir de R\$ 64,8 mil.

O carrinho de dois lugares está em fase final de homologação, segundo o gerente de marketing e vendas, Gustavo Ramenzoni.

Hoje sediada em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, a D2D planeja transferência para Jaguaré (ES), o que permitirá aumentar a produção e vender entre 100 e 200 unidades por mês, "dependendo de como estiver o mercado", diz Ramenzoni.

Ivan Ribeiro/Folhapress



O buggy D2D Sky em exibição no Salão do Automóvel de São Paulo

Ainda de acordo com o executivo, o investimento na empreitada (US\$ 10 milhões) é de Eduardo Eberhardt, herdeiro da Arteb, fabricante de componentes automotivos. De acordo com Ramenzoni, a ideia surgiu do desejo de ter um buggy com melhores condições de dirigibilidade e segurança e do conhecimento da dinâmica da cadeia de produção de automóveis.

O plano de negócio inclui concessionárias a serem abertas nas principais capitais do país e vendas on-line. Daí o nome D2D, ou "Door To Door" (porta a porta).

O motor instalado no buggy é um 1.5 16V (110 cv) fornecido pela chinesa Chery –por enquanto. "Estamos estudando a possibilidade de ter um motor nacional, que facilitaria nossa logística e reduziria custos", afirma o gerente de marketing e vendas.

O Sky é equipado com direção hidráulica, ar-condicionado e CD-player, que pode ser substituído por um sistema multimídia. É possível escolher o tipo de banco (de tecido ou camurça), a cor das rodas (preto, prata ou grafite) e se a capota é de lona ou rígida. Com opcionais, pode chegar a R\$ 90 mil.

O foco do modelo será uso recreativo. "Só na Riviera de São Lourenço há 400 buggies", calcula Ramenzoni. A D2D também quer atrair clientes que usam carrinhos de golfe ou quadriciclos para se deslocar em condomínios.

Fiat tenta corrigir rota do Mobi para acelerar vendas

28/11/2016 – Folha de S. Paulo

Um mesmo modelo de carro e dois motores "mil" bem diferentes, mas com potência parecida. Seria uma escolha exótica para qualquer automóvel no mundo, mas tudo faz sentido diante da necessidade de fazer do Fiat Mobi um sucesso de vendas.

O compacto chega às lojas em versão chamada Drive, que recebe o novo 1.0 Firefly de três cilindros e 77 cv de potência. A promessa é reduzir o consumo em cerca de 10% na comparação com o Fire convencional (75 cv, quatro cilindros) das outras opções.

"Quando olhamos a motivação de compra dos clientes, vemos que há um apelo muito racional. Em nossas pesquisas mais recentes, o baixo consumo se tornou mais importante que preço e design", diz Adriano Resende, diretor de marketing do grupo FCA Fiat Chrysler.

O motor estreia sete meses após o lançamento do Mobi. No período, a Fiat viu o carro vender, em média, 3.800 unidades por mês. Esperava 7.000 e sonhava com picos de 9.000 licenciamentos. A crise atrapalhou, o carro também.

Faltava apelo para levá-lo ao topo do ranking, pois não havia modernidades, preço ou espaço que o fizesse se destacar ante concorrentes do porte de Chevrolet Onix, Hyundai HB20 e Renault Sandero.

Agora, ensaia-se uma correção de rota. Além do novo motor, o Mobi Easy tem direção elétrica (hidráulica nas demais versões). O sistema de partida a frio com tanquinho de gasolina está aposentado, o que facilita a vida de quem abastece sempre com etanol.

ANTES TARDE...

Se tivesse sido lançado com as soluções atuais, o Mobi poderia ter tido outro desempenho no mercado.

Em um teste curto no interior de São Paulo, o compacto da Fiat mostrou que o trabalho de isolamento acústico é dos melhores entre os populares. A suspensão é elogiável: firme nas curvas, faz deste "piccolo auto" um autêntico modelo de origem italiana.

Mas o que era ruim continua ruim. O volante não tem ajuste de profundidade, e o espaço no banco traseiro é abaixo da média. Mesmo o diminuto Volkswagen Up! oferece mais aos que viajam ali.

Não foi possível fazer medições de consumo dessa vez, mas se for cumprida a promessa de economia sobre o Fire convencional (que registrou 17,2 km/l na estrada, com gasolina, no Teste Folha-Mauá), o Mobi Firefly é forte candidato ao título de 1.0 mais econômico do Brasil.

O preço da versão Easy parte de R\$ 39.870 e sobe por volta de R\$ 4.500 se equipado com o sistema multimídia de fábrica. Embora tenha recursos interessantes, é aconselhável investir em um aparelho de som mais simples e gastar a diferença com seguro e emplacamento.

De série, há ar-condicionado e acionamento elétrico de vidros, travas das portas e retrovisores, além da direção com assistência elétrica.

A versão equipada com câmbio automatizado Dualogic estreia no primeiro semestre de 2017, também com motor três cilindros. A tendência é que esse 1.0 substitua o outro gradativamente, enquanto a Fiat trabalha para tornar pop seu carro popular.

BMW vai instalar postos de recarga para carros elétricos na Via Dutra

28/11/2016 – Folha de S. Paulo

O entusiasmo que envolve o carro elétrico moderno sempre termina em um muro chamado infraestrutura. Causa calafrios a impossibilidade de rodar grandes distâncias devido à falta de pontos de recarga -a autonomia dos veículos, na melhor das hipóteses, não passa de 400 quilômetros.

Contudo, há um novo horizonte. Em um de seus últimos atos na Casa Branca, Barack Obama anunciou, no início do mês, um plano para instalar tomadas em quase 40 mil quilômetros de rodovias nos EUA. Os intervalos entre as estações será de, no máximo, 80 quilômetros.

A BMW desenvolve ideia semelhante no Brasil: colocar postos de recarga ao longo da rodovia Presidente Dutra. A montadora, que pretende disseminar a cultura do carro elétrico, é a única a comercializar modelos do tipo no país atualmente.



Será uma forma de viabilizar a viagem interestadual a bordo do i3 sem emitir fumaça.

A empresa alemã já tem 40 pontos de recarga rápida e gratuita instalados em shoppings, mercados, postos de gasolina e concessionárias em São Paulo e no Rio. Em uma hora, é possível obter energia para rodar cerca de 60 quilômetros.

Nos postos rodoviários, o sistema será de recarga rápida. Em meia hora, 80% da capacidade das baterias estará restabelecida.

Ainda não data para o início da instalação dos postos, nem os custos envolvidos. Pelos cálculos da BMW, o custo em energia para a carga completa de um i3 (suficiente para rodar 160 quilômetros) equivale hoje a R\$ 13,40. Um carro compacto exige gasto três vezes maior para percorrer igual distância rodoviária com gasolina.

A empresa de energia CPFL é outra a investir em postos públicos de recarga, a maioria na região de Campinas (a 90 quilômetros de São Paulo). Aos poucos, essas iniciativas criarão corredores intermunicipais.

Ainda estamos longe de ver grande quantidade de carros que não poluem por aí, mas a possibilidade de usá-los sem medo é um passo importante. Nos EUA, havia 500 pontos de recarga em 2008. Hoje, são 16 mil –para 520 mil veículos elétricos.

Como uma indústria brasileira se preparou e agora ganha espaço no mercado externo

28/11/2016 – UOL Notícias

Com cerca de 60 funcionários, a Olidef é uma indústria brasileira de médio porte que desenvolve e produz equipamentos médico-hospitalares. Em 2016, sua receita com exportações deve chegar próximo a US\$ 2 milhões.

Um crescimento impressionante se comparado com os US\$ 15 mil exportados em 2001. Com meio século de existência, a Olidef se mostra vigorosa, mesmo competindo em um mercado dominado por grandes corporações multinacionais.

“O Brasil, por ser um grande mercado consumidor, sempre foi considerado o principal target das empresas nacionais mas isto mudou fortemente nos últimos 20 anos”, lembra André Ali Mere, presidente da Olidef. Diante da inevitável globalização da economia, uma das estratégias da empresa para se manter competitiva foi justamente sair da zona de conforto e disputar o mercado externo. Hoje os produtos da empresa estão presentes em mais de 50 países.

“As empresas brasileiras se prepararam para buscar novos clientes no mercado externo. Hoje temos competidores que encontramos em todos os continentes e isto faz com que sejamos cada vez mais preparados”, avalia o empresário. Entre as medidas que a empresa adotou nestes 15 anos estão, por exemplo, a participação em feiras internacionais, o investimento em qualidade e em certificações e a análise de mercados, principalmente com relação a produtos e preços praticados.

Seguem abaixo cinco experiências da Olidef com exportação:

Feiras internacionais

Para uma empresa de médio porte, participar de feiras de negócios representa um alto investimento. A Olidef completa em 2016 sua 15ª participação consecutiva na feira Medica, principal evento do mundo na área, que acontece anualmente em Dusseldorf, da Alemanha.

O caminho que a empresa encontrou para isso foi participar de consórcios de exportação e buscar oportunidades como o Brazilian Health Devices, um projeto da ABIMO, associação que representa o setor, em parceria com a Apex, agência do governo federal para exportações.

Inovação

Cada mercado consumidor possui demandas específicas com relação aos produtos e suas aplicações. Esta diversidade também envolve características tecnológicas locais.

Esses conhecimentos fez com que a Olidef, conforme consolidava sua participação externa, também passasse a conhecer melhor o comportamento dos mercados, desenvolvendo e introduzindo inovações e novas tecnologias. Fazem parte dessas inovações a Incubadora para Transporte RWT Plus, o primeiro bilirrubinômetro com tecnologia 100% brasileira e a Fototerapia Led Photo.

Qualidade

Um dos pontos cruciais para a indústria atingir novos mercados é conhecer quais as certificações necessárias. Muitos países ou zonas econômicas possuem exigências específicas de certificação que muitas vezes demandam investimento de tempo e capital. A Olidef foi atrás dessas certificações como, por exemplo, a Marcação CE, da União Europeia. Porém, antes de olhar para os papéis, a indústria reforçou seu foco nos clientes e usuários. Além de uma estratégia comercial, o cuidado com produtos e processos é ainda mais importante quando se cuida essencialmente de vidas.

Benchmarking

Estar em mercados globais é uma oportunidade única para buscar as melhores e mais atuais práticas do segmento. O contato com distribuidores, clientes e usuários é muito rico para o desenvolvimento de novos produtos. “Mesmo tendo por política desenvolver fornecedores locais, quando necessário, também buscamos por soluções no exterior”, afirma o empresário.

Câmbio

Conhecer os preços praticados em um determinado mercado é fundamental. E um dos fatores que o exportador precisa considerar diante disso é certamente a questão cambial. “O câmbio é uma variável que as empresas não controlam e certamente é um item extremamente crítico. Na maioria das vezes, ele determina se você vai estar dentro ou fora do mercado”, conclui Ali Mere.

Grupo JP

A Olidef ao lado da JP Indústria Farmacêutica compõe o Grupo JP, com sede em Ribeirão Preto (SP) e que completa em 2016 meio século de atuação. A Olidef é uma indústria de equipamentos médico hospitalares tradicional do segmento de neonatologia.

Em 2016 ampliou sua atuação ao lançar uma linha de monitores multiparamétricos para centros cirúrgicos, clínicas e UTIs. A JP Farmacêutica atua no mercado de soluções parenterais (soros) e de bolsas de sangue. O grupo emprega cerca de 550 pessoas e exporta para mais de 50 países.

OCDE vê impulso dos EUA à economia global e projeta estagnação do Brasil em 2017

28/11/2016 – UOL Economia

O crescimento global vai acelerar mais rápido do que se esperava nos próximos meses uma vez que os cortes de impostos planejados pela administração de Trump e os gastos públicos aquecem a economia dos Estados Unidos, com expectativa de estagnação no Brasil em 2017, disse a OCDE nesta segunda-feira (28).

Em seu Panorama Econômico, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico revisou suas previsões para cima e estimou que o crescimento global vai acelerar de 2,9% este ano a 3,3% em 2017 e chegará a 3,6% em 2018.

Quanto a economia do Brasil, a previsão para 2016 piorou, apontando contração de 3,4% ante estimativa anterior de recuo de 3,3%. Mas para 2017 a conta apresentou melhora, com a OCDE projetando estagnação ante contração de 0,3% antes. Para 2018 a organização vê um crescimento de 1,2%.

A organização com sede em Paris foi ligeiramente mais otimista sobre as perspectivas dos Estados Unidos, com uma previsão de crescimento no próximo ano de 2,3%, ante 2,1% previstos em setembro.

O crescimento dos EUA vai acelerar mais em 2018 para 3%, a taxa mais alta desde 2005, com a administração Trump prometendo cortar impostos para pessoas jurídicas e físicas, além de iniciar um programa de investimento em infraestrutura.

Uma renovada economia norte-americana vai ajudar a compensar a fraqueza em outros lugares do mundo.

O OCDE mostrou-se ligeiramente menos pessimista sobre o cenário para o Reino Unido do que em setembro, uma vez que o banco central tem ajudado a aliviar o impacto econômico da decisão de deixar a União Europeia.

A economia britânica deve crescer 2% este ano, contra 1,8% estimado anteriormente, embora a taxa possa cair pela metade até 2018.

A previsão para a China, que não é membro da OCDE, é de um crescimento de 6,7% neste ano e de 6,4% em 2017, ambos um pouco melhor do que o esperado anteriormente.

A perspectiva para a zona do euro também foi ligeiramente melhor, apesar das incertezas sobre o futuro relacionamento do Reino Unido com o continente. Impulsionado pela política monetária frouxa, o crescimento da região foi projetado em 1,7% neste ano e em 1,6% em 2017, ambos revisados com ligeira alta.

Com multa na UE, lucro da Paccar caiu 81%

28/11/2016 – Automotive Business



O balanço financeiro da Paccar deixa claro que a empresa sentiu os efeitos da pesada multa que recebeu na União Europeia por formação de cartel. O lucro líquido da companhia encolheu 81% de janeiro a setembro deste ano na comparação com igual período de 2015. Com isso, o resultado ficou em US\$ 233 milhões. Sem a penalidade, o montante teria chegado a US\$ 1,07 bilhão.

O faturamento da companhia também teve queda, mas bem mais sutil, de 12,1% para US\$ 12,9 bilhões no período. Mesmo com as baixas, a empresa aponta ter melhorado a margem sobre cada caminhão vendido e incrementado a lucratividade de forma geral.

Outro destaque é que a Paccar não interrompeu o histórico de 77 anos consecutivos de balanço no azul, com mais um resultado positivo, ainda que tenha sido menor do que o registrado há um ano.

No terceiro trimestre de 2016 a companhia acumulou US\$ 4,24 bilhões em receitas, com baixa de 12,3% sobre intervalo equivalente de 2015. O lucro líquido foi de US\$ 346 milhões de julho a setembro, com redução de 19,7%.

Os dados da empresa indicam ainda aumento da presença no mercado global de caminhões pesados.

“A DAF obteve uma participação no mercado de caminhões acima de 16 toneladas de 15,6% no período acumulado do ano, em comparação com 14,6% no mesmo período do ano passado”, apontou em comunicado o presidente da marca e vice-presidente da Paccar, Preston Feight. Ele espera encerrar o ano com resultado ainda mais expressivo, já que as vendas estão em expansão na Europa, um dos grandes mercados da empresa no mundo.

A companhia, que produz caminhões, motores e tem ainda divisões de peças para o mercado de reposição e de serviços financeiros, aplicou US\$ 406,3 milhões em pesquisa e desenvolvimento nos primeiros nove meses de 2016.

“Estamos investindo no futuro crescimento da integração dos componentes do trem de força da Paccar, assistência avançada ao condutor e tecnologias de conectividade dos caminhões, além da otimização das instalações de fabricação e distribuição de peças”, resumiu Bob Christensen, Presidente e CFO da empresa.

Saldo das carteiras de veículos segue em queda

28/11/2016 – Automotive Business



O saldo das carteiras de veículos continua caindo, refletindo o baixo movimento dos financiamentos. Na passagem de setembro para outubro, o estoque de crédito diminuiu 1%, passando de R\$ 145,3 bilhões para 143,9 bilhões, de acordo com levantamento mensal feito pelo Banco Central.

- Veja [aqui](#) os principais dados de crédito do Banco Central para financiamento de veículos;

- Veja [aqui](#) a nossa nova página de estatísticas: AB Inteligência.

A queda é mais acentuada quando comparada com outubro de 2015, quando o saldo foi de R\$ 164,9 bilhões, representando retração de 12%. Dificilmente o setor manterá neste ano o mesmo saldo de 2015, que foi de R\$ 161,1 bilhões: até o fechamento de outubro, o BC calcula queda de 10,7%.

Por outro lado, as concessões de crédito subiram 2,6% em outubro, para quase R\$ 6 bilhões na comparação com setembro, embora no acumulado de 10 meses há queda de 13% sobre igual período de 2015.

De acordo com o relatório do BC, a taxa média de juros baixou 0,3 pontos percentuais, que passou de 26,1% ao ano em setembro para 25,8% a.a. em outubro. Pela primeira vez neste ano esta média retorna ao nível de um ano atrás, na casa dos 25% a.a. Desde janeiro, os juros estavam acima dos 27% a.a., o que reduziu mês a mês até atingir este novo patamar.

Já a inadimplência subiu 0,1 ponto percentual em outubro, fechando o mês em 4,7%. Há um ano, este nível de atrasos nos pagamentos era de 4%. Por fim, o prazo médio dos financiamentos realizados em outubro ficou estável, fechando em 42,1 meses.

Novos inversores da Rockwell Automation ajudam a aumentar a produtividade

28/11/2016 – CIMM

A Rockwell Automation apresenta uma nova geração de inversores que ajudará os usuários a reduzir os custos com energia e a aumentar a disponibilidade das máquinas que funcionem em aplicações de alta disponibilidade. Os inversores PowerFlex 755T da Allen-Bradley proporcionam redução de harmônicas, regeneração e configurações do sistema de barramento comum em CC.

A última oferta de inversores PowerFlex marca a apresentação da tecnologia TotalFORCE da Rockwell Automation, que oferece um melhor controle dos motores por meio do controle preciso e adaptável da velocidade, torque e posição dos motores elétricos. A tecnologia TotalFORCE incorpora várias funcionalidades patenteadas projetadas para ajudar a otimizar o sistema do usuário e manter a produtividade.

"A tecnologia de inversores é um investimento importante para nossos clientes e eles desejam manter a aplicação funcionando o máximo de tempo possível", afirma Brad Arenz, gerente de produto da Rockwell Automation. "Os inversores PowerFlex 755T foram projetados para oferecer economia da instalação à operação, e manutenção com funcionalidades avançadas que permitem que você otimize o uso de seus ativos."

O portfólio ampliado de inversores Allen-Bradley agora inclui o inversor de baixa harmônica PowerFlex 755TL, o inversor regenerativo PowerFlex 755TR e o sistema de inversores de barramento comum em CC PowerFlex 755TM, todos em conformidade com a especificação IEEE 519. Esses novos inversores oferecem vantagens adicionais de inversores de primeira linha, facilidade de diagnóstico e manutenção, e partida e instalação simplificadas.

As três soluções de inversores possuem diagnósticos avançados e preditivos para calcular e notificar a vida útil restante dos componentes do inversor, como ventiladores, contatos dos relés, semicondutores de potência e capacitores. Os usuários podem monitorar ativamente parâmetros, como a temperatura e o tempo de funcionamento do inversor e do motor para permitir uma ação preventiva, caso seja necessário.

O segredo para simplificar a instalação e a manutenção é um projeto que permita a remoção completa do módulo do gabinete. Isso cria um amplo espaço para a instalação da fiação e permite que a cablagem da alimentação permaneça conectada enquanto o módulo é removido.

A instalação e a manutenção podem ser ainda mais simplificadas com um carrinho de acessório que permite que uma pessoa insira ou remova facilmente um módulo sem precisar utilizar uma rampa ou grua.

Os inversores podem ser completamente configurados através do Software Studio 5000 da Rockwell Software como parte da experiência de Premier Integration ao trabalhar com controladores Logix. Isso ajuda a reduzir o tempo de programação, simplificar a partida e aprimorar os diagnósticos.

Camex reduz para 2% tarifa de importação de bens de informática e de capital

28/11/2016 – Isto É Dinheiro

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) reduziu para 2% as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre diversos bens de informática e de capital, todos na

condição de ex-tarifários. As duas resoluções com a redução estão publicadas no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, dia 28.

Uma das resoluções também reduz a 0% as alíquotas de importação de dois tipos de combinações de máquinas, de aplicação exclusivamente ferroviária, para locomotivas diesel-elétricas e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2018, o ex-tarifário referente a compressores elétricos a pistão. A redução das alíquotas para 2% vale até 30 de junho de 2018 e para 0%, até 31 de dezembro de 2017.

Camex aplica antidumping em barras de aço e fios de carbono importados da China

28/11/2016 – Isto É Dinheiro

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) aplicou direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de barras chatas de aço ligado originárias da China. A decisão está publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, 28, e a alíquota de recolhimento foi fixada em US\$ 495,73/t.

O produto taxado consiste em barras chatas de aço ligado, simplesmente laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente, que não sejam de corte rápido e nem de aços silício-manganês, de espessura igual ou superior a 4,5 mm, mas não superior a 60 mm, de largura igual ou superior a 50 mm, mas não superior a 150 mm, independentemente do tipo de canto (redondo, mola, quadrado, etc.), comumente classificadas no item 7228.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

A Camex também aplicou direito antidumping definitivo, por até cinco anos, às importações brasileiras de resina PET com viscosidade intrínseca entre 0,7 e 0,88 dl/g vindas da China, de Taipé Chinês, da Índia e da Indonésia. A cobrança do direito será feita das empresas mediante diferentes alíquotas, entre elas US\$ 682,18/t, a maior, e US\$ 87,23/t, a menor.

A edição de hoje do Diário Oficial ainda registra a aplicação de direito antidumping provisório pela Camex, por um prazo de até seis meses, às importações brasileiras de fios de aço de alto teor de carbono vindas da China.

Jurista português explica experiência europeia de flexibilização para combate ao desemprego

28/11/2016 – TST

Em conferência realizada na manhã desta sexta-feira (25) no Seminário Comemorativo dos 75 Anos da Justiça do Trabalho e dos 70 Anos do TST – Sessão Brasília, o jurista português Pedro Romano Martinez, professor doutor da Universidade de Lisboa, falou sobre "Crise Econômica e Reforma Trabalhista na Europa" e defendeu a negociação entre patrões e empregados como caminho para a superação de momentos econômicos difíceis.

Martinez falou sobre as reformas trabalhistas ocorridas no século XXI em quatro países – Portugal, França, Alemanha e Itália –, tendo em comum a necessidade de recuperação da competitividade das empresas, a redução do desemprego e a modificação do paradigma do Direito do Trabalho.

Segundo o jurista, o paradigma clássico desse ramo do Direito – que pressupõe um sistema unitário de direitos iguais para todos os trabalhadores – está em crise, e a experiência europeia aponta para um sistema fracionado, com regras diferenciadas para grupos de trabalhadores.

“É no seio da empresa que se discutem e que se determinam as regras na negociação”

No caso da Alemanha, Martinez observa que a reforma, promovida em 2002 (quando o desemprego chegava a quase 10%), passou a admitir que as regras fossem estabelecidas por meio de negociação com conselhos de empresa, e não apenas com sindicatos.

A ideia, segundo ele, é que não se pode equiparar uma montadora da Baviera com uma empresa que tem outra realidade de produção. As mudanças permitiram que, na crise de 2008, a Alemanha fosse o único país, além do Reino Unido, que não aumentou o desemprego, e sim diminuiu.



O jurista Pedro Romano Martinez recebe das mãos da ministra do TST, Maria Cristina Peduzzi, o livro comemorativo dos 70 anos do TST

Na Espanha, o estatuto dos trabalhadores foi substancialmente reformado a partir de 2010, como consequência da crise de 2008. A época coincide com o auge da crise econômica no país, quando o desemprego chegou a 20%.

As reformas, segundo o professor, resultaram num mecanismo muito mais flexível em relação ao tempo de trabalho, com banco de horas, prestação de trabalho diferenciada, trabalho parcial, contratos temporários e dispensa imotivada mediante indenização.

"Isto mudou a lógica que existia em vários países europeus no sentido da proteção da estabilidade do contrato de trabalho", assinalou. "A taxa de desemprego caiu de 20% para 7%, e a Espanha é, no momento, o país da União Europeia com maior crescimento econômico".

Sobre o sistema francês, Martinez disse que era o mais clássico, no sentido de conferir direitos aos trabalhadores genericamente. Até este ano, as alterações introduzidas foram poucas, mas, em julho, uma reforma alterou totalmente o paradigma, seguindo o modelo alemão. A mudança, porém, gerou grande resistência dos trabalhadores e sindicatos, com protestos e múltiplas greves.

A reforma no sistema italiano, feita em 2002, segundo o jurista, foi a mais criativa, com a flexibilização do tempo e do modo de prestação do trabalho, mas sem afetar a segurança e a estabilidade, flexibilizada apenas em função do tipo de empresa, para beneficiar empresas pequenas, familiares.

"Essa reforma levantou tanta celeuma a ponto de seu idealizador, Marco Biagi, ter sido assassinado pelas Brigadas Vermelhas", observou. Em 2014, porém, as mudanças foram aprofundadas, e já apresenta resultados em termos de recuperação do desemprego. "A ideia é a de que o elemento predominante é reduzir o desemprego", afirmou. "É preferível que quem é despedido rapidamente encontre um outro emprego do que garantir estabilidade a quem está no emprego".

Finalmente, a experiência portuguesa teve início em 2003, e Martinez fez parte da comissão que trabalhou no novo Código de Trabalho. "O que esteve subjacente foi

basicamente uma flexibilização do tempo de trabalho, do modo da prestação do trabalho, mas a estabilização do contrato", explicou.

"O despedimento não foi minimamente tocado, ou seja, a ideia de flexibilização foi permitir regimes de adaptabilidade em relação às horas semanais, por exemplo". Outro ponto foi a possibilidade de que a contratação coletiva afaste as regras do Direito do Trabalho. "O regime introduzido em 2003 foi de abertura para dinamização da contratação coletiva, no sentido de que as normas do código de trabalho não eram imperativas. Em 2009, uma revisão aumentou a flexibilização em relação à jornada.

"Há uma grande abertura dos mecanismos de flexibilização, mas por outro lado restringiu-se possibilidade da contratação coletiva alterar o regime do Código de Trabalho".

Ministro Marco Aurélio afirma que acordos não podem afastar garantias constitucionais dos trabalhadores

28/11/2016 - TST



O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, afirmou, nesta quinta-feira (24), no Tribunal Superior do Trabalho, que o reconhecimento de acordos e convenções coletivas pelo artigo 7º da Constituição não contempla a possibilidade de afastar direitos e garantias já integrados ao patrimônio do trabalhador.

"Não se pode, empolgando o instrumento coletivo, que foi previsto para trazer aportes aos direitos da categoria profissional, partir para redução de interesses já reconhecidos, quer contratualmente, quer pela legislação, quer pela Carta da República, a categoria profissional", afirmou.

Marco Aurélio proferiu a conferência de abertura do Seminário Comemorativo dos 75 Anos da Justiça do Trabalho e dos 70 Anos do Tribunal Superior do Trabalho. O ministro afirmou ainda que reconhece a possibilidade de uma certa flexibilização no campo dos direitos trabalhistas, através de acordos, com a participação dos sindicatos da categoria profissional e empresarial, "até mesmo em detrimento de certas garantias".

No entanto, alerta que "o legislador constituinte de 1988 foi cuidadoso ao prever direitos afastáveis mediante o instrumento coletivo".

Isso, segundo o ministro, estaria contemplado no próprio artigo 7º - entre eles a "redução salarial em composição para assegurar a fonte do próprio sustento do trabalhador" e a redução da jornada de trabalho.

"Podemos afirmar sem desassombros, que, fora essas possibilidades, contempladas expressamente, não há como dar-se ao acordo coletivo e a convenção coletiva um sentido maior de afastamento de direito e garantias já integradas ao patrimônio do trabalhador", destacou.

Ele citou cláusulas pétreas para afirmar que nem mesmo uma emenda constitucional pode afastar direitos e garantias individuais. Para o ministro, que integrou o TST de 1981 a 1990, agora, mais do que ontem, há a necessidade de que as normas

trabalhistas sejam imperativas. "Não podemos retroagir à fase que foi ultrapassada em 1943, quando se deslocou a regência da relação do trabalho do Código Civil para a CLT".

Marco Aurélio alertou também, ainda que "pese a existência de críticas desavisadas", para a necessidade "também imperiosa" de se ter esse ramo especializado da Justiça, que é o da Justiça do Trabalho. "E viva, mas viva mesmo, a Justiça do Trabalho", concluiu.

Votorantim tem lucro de R\$149 mi no 3º trimestre

28/11/2016 –DCI

Empresa reverteu o resultado negativo de um ano antes, quando observou perda de R\$ 89 milhões



A Votorantim teve lucro líquido de 149 milhões de reais no terceiro trimestre, revertendo resultado negativo de um ano antes de 89 milhões, informou nesta segunda-feira o grupo industrial.

No ano até o final de setembro, a empresa acumula lucro líquido de 611 milhões de reais, alta de 5,5 por cento sobre os primeiros nove meses de 2015.

A companhia que atua em setores como metais, cimentos e suco de laranja, teve receita líquida de 7,35 bilhões de reais, queda anual de 13 por cento.

A geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado foi de 1,3 bilhão de reais nos três meses terminados em setembro, queda de 19 por cento na comparação anual.

"Ainda não há sinais concretos de recuperação dos indicadores de atividade (da economia do Brasil) e, por isso, nos mantemos cautelosos", afirmou o presidente da Votorantim, João Miranda, em comunicado à imprensa.

A área de cimentos, a mais importante da companhia, teve queda de 14 por cento na receita líquida, a 3,349 bilhões de reais, em meio à fraqueza no mercado de construção residencial e de infraestrutura do país.

Segundo dados da entidade que representa os produtores de cimento do Brasil, as vendas do insumo de janeiro a outubro mostram queda de 13,4 por cento sobre os dez primeiros meses de 2015, a 47,9 milhões de toneladas.

A Votorantim encerrou o terceiro trimestre com dívida bruta de 25,2 bilhões de reais, queda de 17 por cento sobre um ano antes apoiada em variação cambial. O caixa no período foi fechado com 8,7 bilhões de reais e 3,9 bilhões em linhas de crédito em moeda estrangeira.

A relação de endividamento medida pela dívida líquida sobre Ebitda terminou setembro em 2,91 vezes ante 2,78 vezes no fim de 2015.

"Em resposta ao cenário adverso, mantemos uma posição de liquidez confortável, com caixa robusto e perfil de amortização de dívidas suave", disse o diretor de tesouraria da Votorantim, Sergio Malacrida, no comunicado.

Rio Tinto vê possível aumento em demanda e menos burocracia com governo Trump

28/11/2016 –DCI

O presidente da Rio Tinto , Jean-Sébastien Jacques, disse nesta sexta-feira que a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos poderia ajudar a impulsionar a demanda por commodities e reduzir a burocracia, incentivando a indústria de mineração.

A segunda maior companhia de mineração do mundo há muito planeja explorar uma mina de cobre no Estado do Arizona com a BHP Billiton, chamada Resolution, mas o projeto ainda precisa de autorizações do governo, com os pedidos em suspenso devido a oposições no Congresso por preocupações ambientais.

"O processo de liberação nos EUA é muito, muito lento", disse Jacques.

"Eu tenho a dizer que se a intenção do governo Trump é cortar a burocracia, pode haver benefícios significativos para todos nós", disse o presidente em evento do Clube de Mineração de Melbourne.

Separadamente, Jacques não quis comentar sobre quando a Rio Tinto espera receber seu primeiro pagamento da chinesa Chinalco referente à venda de sua participação de 46,6 por cento no projeto de 20 bilhões de dólares de minério de ferro em Simandou, na Guiné, acordada em outubro.

"Nós precisamos fechar o acordo primeiro", disse ele. Até então, a Rio havia apenas assinado um acordo formal com a estatal Chinalco, disse Jacques.

Pessimismo aumenta entre os consumidores brasileiros em novembro, aponta a CNI

28/11/2016 – Diário do Comércio

O pessimismo do brasileiro aumentou em novembro em relação à inflação, ao desemprego, à renda pessoal e à situação financeira. É o que mostra o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec) divulgado na sexta-feira pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em novembro, o Inec caiu para 103,2 pontos. O valor é 1,1% menor do que o de outubro e está 5,2% abaixo da média histórica, de 108,8 pontos.

O resultado marca uma reversão na curva de recuperação da confiança dos consumidores. De acordo com a entidade, o índice estava em alta havia quatro meses.

"A queda do Inec acende um sinal amarelo para a recuperação da economia porque a confiança é importante para o aumento da demanda", disse o economista da CNI Marcelo Azevedo. "Se a confiança do consumidor continuar caindo, não haverá crescimento do consumo."

A piora do índice é explicada principalmente pela perspectiva da inflação. A pesquisa apurou uma queda de 5,6% no índice de expectativa para os preços. Pela metodologia da CNI, quanto menor é o índice, maior é o número de pessoas que esperam aumento da inflação.

Da mesma forma, a pesquisa indicou queda de 0,8% no índice para perspectiva de emprego, 2,6% para a renda pessoal e 1,7% na situação financeira. Por outro lado, foi detectado um aumento na propensão de comprar bens de valor elevado. Segundo Azevedo, esse resultado é influenciado pela proximidade do Natal.

Esta edição do Inec, realizada em parceria com o Ibope, ouviu 2 002 pessoas em 143 cidades no período de 10 a 14 de novembro.

Icom - O Índice de Confiança do Comércio (Icom), da Fundação Getulio Vargas (FGV), recuou 3,6 pontos em novembro ante outubro, para 78,3 pontos. No mês anterior, o indicador tinha aumentado 1,5 ponto.

“A frustração do setor com as condições correntes é o que explica a redução do índice de confiança em novembro. A chegada do último trimestre não vem confirmando a melhora da confiança do setor que vinha sendo registrada nos índices até agosto. Além disso, o movimento de ajuste das expectativas persiste, o que deve se traduzir na manutenção do quadro de desempenho negativo do Comércio para os próximos meses”, avaliou Silvio Sales, consultor do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

A queda do indicador foi determinada, sobretudo, pela piora das avaliações sobre o momento presente. O Índice de Situação Atual (ISA-COM) caiu 6,0 pontos, para 68,1 pontos, o menor patamar desde julho. O item que mede o volume da demanda atual diminuiu 8,5 pontos.

Já o Índice de Expectativas (IE-COM) recuou 1,2 ponto, para 89,4 pontos. A avaliação sobre as vendas para os próximos três meses piorou 1,2 ponto, enquanto a perspectiva de tendência dos negócios nos próximos seis meses caiu 1,1 ponto.

PIB não deveria ser a referência de riqueza para o Brasil, critica Giannetti

28/11/2016 – Diário do Comércio

Para o economista e filósofo Eduardo Giannetti, os países ocidentais escolheram a régua errada para medir seu desenvolvimento - o Produto Interno Bruto (PIB, soma de riquezas e serviços produzidos) - e estão pagando um preço alto por essa escolha.

Em sua palestra na primeira edição do Fórum do Amanhã, quinta-feira, o professor do Insper lembrou que “os gregos e os romanos, que eram muito menos afluentes do que nós, eram muito menos obcecados por economia do que nós”. A principal implicação dessa obsessão, disse, é que a revolução tecnológica que emergiu com a promessa de controle sobre a natureza está “desencadeando um enorme descontrole das bases naturais da vida”.

“Eu gostaria de ressaltar a gravidade que é o uso do PIB como medida de avanço de um país. Imaginemos uma comunidade com amplo acesso à água potável. Suponhamos que ela polui todas as suas fontes. Logo, ela tem que purificar e engarrafar essa água. Fazendo isso, o PIB dela aumenta. Ela está vivendo a pior situação possível e o PIB está subindo por causa disso”.

Ele citou outro exemplo: “se você mora perto do local de trabalho e vai a pé, o que é uma maravilha, isso não aparece no PIB. Mas se você mora longe e passa três horas dentro de uma lata de metal, aí o PIB sobe. E se você fica neurótico por causa disso e faz terapia, o PIB também sobe! - afirmou o economista.

“Essa métrica é burra. Ela não diz nada sobre a nossa realização, ela simplesmente fala sobre o que passa pelo sistema de preços. E os países competem brutalmente para ver quem tem o maior PIB per capita” criticou. O Brasil tem a chance, segundo ele, de trilhar um caminho alternativo.

“Precisamos ter a visão madura de que não queremos que todos sejam como nós somos, mas que queremos viver de acordo com nossa própria métrica. E não é o PIB per capita”, defendeu, dizendo ser intolerável que o Brasil não tenha sido capaz de atender as necessidades mais básicas em saúde, educação e saneamento.

Falência - Antes da apresentação de Giannetti, o sociólogo italiano Domenico De Masi havia detalhado um processo de falência da sociedade neoliberal, que, segundo ele, ruma para o próprio suicídio ao estimular a desigualdade e ao submeter seus próprios fundamentos a entidades que desviam seus fins. Segundo ele, no regime neoliberal, "a economia superou a política, as finanças superaram a economia e as agências de rating superaram as finanças".

"O Estado de bem-estar social é o maior inimigo do neoliberal. Mario Draghi, presidente do Banco Central Europeu (BCE), disse que o welfare (bem-estar social) morreu. Nos anos 70, acabou a luta de classes dos pobres contra os ricos, mas começou a dos ricos contra os pobres", afirmou, completando: "hoje, 62 pessoas têm a mesma riqueza que 3,5 bilhões de pessoas. Mesmo que elas consumam desenfreadamente Ferraris, eles jamais consumirão como aqueles 3,5 bilhões. Esse é o suicídio da sociedade de consumo", criticou.

ArcelorMittal e metalúrgicos encerram disputa jurídica com acordo de R\$ 32 milhões

28/11/2016 – Diário do Comércio

Uma disputa jurídica de mais de dez anos entre o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (Sindmon-Metal), na região Central do Estado, e a siderúrgica ArcelorMittal teve fim na última quarta-feira.

De acordo com informações divulgadas pela entidade representante dos trabalhadores, as partes chegaram a um acordo na Justiça do Trabalho e agora a empresa vai pagar o equivalente a R\$ 32 milhões referentes aos processos judiciais movidos por funcionários da companhia por irregularidades da empresa na aplicação de direitos trabalhistas.

Ao todo, cerca de mil empregados serão beneficiados com a decisão, homologada na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região, em Belo Horizonte, pelo juiz Ricardo Marcelo Silva. Conforme definido em audiência, a ArcelorMittal deverá quitar o débito em até 15 dias.

Presidente do Sindmon-Metal, Otacílio das Neves Coelho destaca que a batalha foi longa, mas felizmente terminou com um final favorável aos trabalhadores. "Quando o sindicato moveu a primeira ação coletiva, os companheiros nem questionavam o problema, embora exista legislação sobre o intervalo de repouso para proteger a saúde do trabalhador. As lideranças sindicais existem para defender a categoria, inclusive em caso de direitos que os companheiros às vezes até desconhecem", afirmou Coelho.

O acordo contempla três ações impetradas pelo Sindmon-Metal contra a companhia de aço. A primeira vez que o sindicato entrou na Justiça do Trabalho foi em 2005, com uma ação que abrangia 870 trabalhadores.

A principal reclamação dos funcionários era de que não usufruíam integralmente do direito de intervalo de 1 hora para repouso e alimentação, queixa que culminou em outros dois processos. Segundo eles, a empresa concedia apenas trinta minutos de descanso.

Em 2006, foi movida a segunda ação contra a companhia, que, além de contemplar mais funcionários, ampliava o período de cobrança inicial de 24 meses. O Sindicato deu entrada no terceiro e último processo em 2009, com o intuito de unificar as demandas das duas anteriores.

Por meio de nota, a ArcelorMittal confirmou o acordo e reforçou que a filosofia da companhia sempre foi baseada no diálogo com os seus trabalhadores.

“A ArcelorMittal esclarece que firmou acordo com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de João Monlevade, Rio Piracicaba, Bela Vista de Minas, São Domingos do Prata e São Gonçalo do Rio Abaixo.

O acordo foi homologado ontem (24.11) em audiência no TRT/MG. O acordo beneficiará em torno de 1 mil empregados e ex-empregados da empresa e refere-se aos questionamentos de horas extras. A companhia informa, ainda, que busca sempre o diálogo com os seus empregados e com o sindicato que os representa”, diz o comunicado.